

2018

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA **ASSP**



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES



ÍNDICE

I - PREÂMBULO

II - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. Enquadramento
2. Plano Estratégico
3. Projectos do Plano Estratégico
4. Delegações

III - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO

IV - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

V - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

VI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VII - ANEXO CONTABILÍSTICO

VIII - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

IX - ANEXO - RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DAS ESTRUTURAS DA ASSP



I – PREÂMBULO GERAL

Com base nos últimos dados disponíveis sobre a estrutura demográfica portuguesa, referentes ao ano de 2016, a população portuguesa mantém a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a agravar-se de -23,0 mil em 2015, para -23,4 mil pessoas, em 2016.

Esta alteração reflete a diminuição do número de nascimentos, com o número de casamentos celebrados a manter-se num valor historicamente baixo, de 32,4 mil, em 2016, a idade média do primeiro casamento para os dois sexos a aumentar entre 2015 e 2016 de 32,5 para 32,8 para os homens e de 31,0 para 31,3 para as mulheres, e, ainda, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho a aumentar de 30,2, em 2015 para 30,3 anos, em 2016.

Positivamente, destaca-se a redução do saldo migratório negativo de 10,5 mil, em 2015, para 8,3 mil pessoas, em 2016, refletindo a consolidação da recuperação da economia nacional e a melhoria das condições de vida.

De facto, as condições de vida em Portugal são caracterizadas por uma elevada esperança de vida à nascença, de 80,4 anos no triénio 2013-2015, e por um baixo valor de mortalidade infantil, que se fixou em 3,3‰, em 2018, um dos valores mais baixos ao nível da OCDE.

Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação fixou-se em 14,0%, em 2016, estando o número de matriculados no primeiro nível de ensino, secundário e universitário, respetivamente, em 32.º, 54.º e 28.º lugar no *ranking do World Economic Forum (The Human Capital Report 2017)*.

De notar que, não obstante, as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se ainda aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos.

O rendimento médio disponível das famílias fixou-se em 30,7 mil euros em 2016, evidenciando uma trajetória de recuperação nos dois últimos anos, mas situando-se ainda abaixo do nível de 2010, de 32,2 mil euros.

A taxa de poupança dos particulares manteve-se em níveis muito baixos, tendo registado uma redução, de 5,8%, em 2016, para 5,4%, em 2017, o que compara com um nível de 12,0% na Zona Euro.

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014, tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015, 1,6% em 2016, tendo acelerado fortemente no ano de 2017, para 2,7%.

O consumo privado deverá ter acelerado ligeiramente, +0,1 p.p., para um crescimento de 2,2%, condicionado pela subida dos preços da energia e pelo abrandamento do consumo de bens duradouros, mas sendo suportado pela redução da taxa de desemprego e consequente aumento das remunerações do trabalho. Já o consumo público registou um crescimento marginal, de 0,1%, em 2017.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego registou uma redução muito significativa de 2,2 p.p. no decorrer do ano de 2017 para se fixar em 8,9% no final do ano, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013, de 17,5%.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,4% em 2017, acelerando ligeiramente face aos 0,6% observados em 2016.

Foi neste contexto que a ASSP desenvolveu a sua actividade durante o ano de 2018.

II – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DN

1. Enquadramento

A actividade da Direcção Nacional da ASSP em 2018 esteve direccionada essencialmente para o seguinte:

- Contactos periódicos com as Delegações e Residências, com vista à resolução das principais dificuldades e problemas com que se defrontam no seu dia a dia;
- Proximidade constante da Direcção Nacional às demais questões colocadas pelos Associados, no quadro da responsabilidade social da ASSP;
- Divulgação da Associação junto das Escolas, transmitindo os valores da ASSP e os benefícios de ser Associado;
- Gestão financeira prudente e responsável que tem tido como consequência uma redução sustentada do endividamento de médio e longo prazo, bem como do serviço da dívida;
- Gestão imobiliária visando a rentabilização do património afecto à actividade e também do restante;

A adesão de cerca de 400 novos Professores é demonstrativa de uma dinâmica intrínseca (incremento de 33% face a 2017), retrata uma Instituição de referência que é desejada por muitos Professores.

A DN realizou todas as reuniões estatutariamente obrigatórias: duas AND, três Conselhos Nacionais e as reuniões mensais da Direcção Nacional.

Importa ter presente que quem, neste documento, presta contas são todos os Órgãos da Associação, isto é, a Direcção Nacional e as Direcções de todas as Delegações, formando um todo e em que os resultados quantitativos e qualitativos apresentados por cada Direcção interagem com o trabalho e com os resultados de todas as outras. Os Associados são os principais interessados da informação efectuada no âmbito da prestação de contas, manifestando-se através dos seus representantes, os Delegados, reunidos em AND.

2. Plano Estratégico

O Plano estratégico continuou a ser implementado ao longo de 2018 como principal linha orientadora da estratégia de médio prazo da ASSP.

Os objectivos e ações empreendidas encontram-se documentadas de forma desenvolvida em relatórios específicos da ASSP.

Todos os Projectos constantes do Plano Estratégico estão devidamente identificados em dossiers próprios, sendo objecto de actualizações sistemáticas.

Trimestralmente, é elaborado um ponto de situação da implementação do Plano, que é posteriormente apresentado à Direcção Nacional.

3. Projectos do Plano Estratégico

• Edifício em Pechão (Projecto 18)

No último ano foi proposto à Segurança Social uma parceria com a Instituição Pais em Rede, tendo em vista a utilização deste edifício, com benefícios para ambas as entidades. Para se po-

der concretizar era necessário o parecer favorável do gestor dos fundos comunitários investidos neste projecto, que nunca chegou.

No último trimestre procedeu-se à denúncia, por comum acordo, da referida parceria e desde então estão a ser exploradas outras hipóteses que acautelem sempre os interesses dos Associados do Algarve e a ASSP no seu todo.

• Casa da Torre (Projecto 18)

A atribuição do Selo de Qualidade foi o culminar de um ano de muitas melhorias qualitativas e quantitativas que permitiram um progressivo interesse e reconhecimento deste imóvel de grande valor histórico e patrimonial, por parte dos hóspedes, mas também por parte das entidades oficiais, com particular destaque para o Município de Paredes e para a Junta de Freguesia de Sobrosa.

• Delegação de Coimbra (Projecto 18)

Foram adjudicadas as obras para a instalação do elevador exterior.

• Residência do Porto (Projecto 3)

Esta Residência tem sido sempre confrontada com a desvantagem da pequena dimensão face às suas congéneres dentro e fora da ASSP. Neste ano conseguiu-se obter a autorização para mais 6 camas, encontrando-se as obras concluídas. Deste modo, a Residência passou a ter 26 camas, reduzindo o *gap* para as demais.

• Residência de Aveiro (Projecto 3)

Nesta Residência estão agora criadas as condições para o funcionamento da Central de Compras.

• Recursos Humanos (Projecto 15)

Teve lugar o reforço dos Serviços Centrais, com a contratação da prestação de serviços da Dra. Vanda Gomes, com o intuito de dar continuidade às visitas aos Agrupamentos e principais Escolas, bem como o destacamento de um Professor do quadro, Dr. Miguel Vilhena, a quem coube a Área da Comunicação.

A partir de Julho inclusive e para vigorar até Dezembro de 2018 foi renegociado o contrato com a empresa Mainlink. Continua a existir assessoria à Direcção Nacional no âmbito da Central de Compras. No que respeita à Residência do Porto, a Mainlink tem uma responsabilidade mais directa em assessorar a DN.

Deu-se início à formação em Higiene e Segurança no Trabalho, tendo já ocorrido a realização do Módulo I – Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho.

Procedeu-se à Avaliação de Desempenho de todos os funcionários, não se tendo registado situações anómalas.

• Vantagens para os Associados (Projecto 2)

Pela sua importância, destacamos alguns dos Protocolos estabelecidos pela Direcção Nacional: Caixa Geral de Depósitos (CGD); Agências de Viagens; A Farmácia; Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa; Teleassistência e médico em casa da CVP; Santa Casa da Misericórdia de Leiria; Clínica do Tempo Dr. Humberto Barbosa; Clínica Médica Portuense; Instituto Politécnico de Beja.

No que respeita ao Fundo de Solidariedade Social foram aprovados durante o ano de 2018 oito projectos: residentes de Carcavelos 4, residentes de Setúbal 3 e outro de apoio directo a uma Associada de Évora. O valor total do apoio ascendeu a 21.516,59 €. Esta decisão foi, na-

turalmente, fundamentada na proposta do grupo de trabalho que analisa as situações sociais, familiares e financeiras de carência dos Associados indicados pelas Direcções das Delegações.

Realizaram-se duas viagens organizadas pela Direcção Nacional, uma à Bulgária e Roménia com 38 participantes, em que 25 eram Associados e outra a Marrocos com 38 participantes, em que 23 eram Associados.

• Comunicação (Projecto 8)

Foram enviadas 5 ASSPNews.

O BI continua a ser o processo de comunicação por excelência com os associados, uma vez que chega a todos, utilizando um meio genericamente acessível. Mantiveram-se as 4 edições previstas.

Foi dada continuidade à Pasta Partilhada, 2 números em 2018, para maior e mais rápida disseminação da informação. Esta publicação destina-se à comunicação entre a Direcção Nacional e as Direcções das Delegações que assim ficam mais próximas.

No novo Site da ASSP destaca-se, em particular, as novas valências que permitem a inscrição e pagamento totalmente online.

Através do site recebemos 148 inscrições de novos Associados. Destas, 49 (33%) encontram-se ainda em processo de regularização de quotas.

A centralização da gestão online e a colocação sistemática de posts, permitiu aumentar o alcance da página ASSP no Facebook, i.e. o número de seguidores e as interações registaram assinaláveis incrementos.

Desde o dia 1 de Outubro de 2018 que a gestão das Redes Sociais passou a ser efectuada pelos funcionários da Sede, tendo sido publicados em média 3 posts por semana no Facebook, que permitiram alcançar 3120 Likes/Seguidores da página.

No início de cada trimestre é preparado um cronograma global para o Facebook, que é sujeito a uma apreciação mensal/semanal.

O território de marca tem sido conseguido através das seguintes publicações: Aniversários das Delegações e Residências, Parcerias/Protocolos, Dias Comemorativos, Conversas ASSP, Viagens, Eventos e Benefícios para Associados.

Conversas ASSP, realizaram-se 5 - 2 na ESE de Beja, 1 na ESE do Porto, 1 no Auditório Charlot em Setúbal e por fim 1 na ESEC do Algarve.

Jornadas Pedagógicas (Aveiro e Lisboa)

A Direcção Nacional continua a considerar que as relações com as Delegações constituem a essência da vida associativa e como tal desenvolveu as seguintes actividades:

Preparação conjunta com a Delegação de Setúbal do 37.º Aniversário, participando nas actividades organizadas.

Foram efectuadas visitas e reuniões de trabalho com todas as Delegações do Continente, tornando mais próxima a relação com a DN. Destacamos aquelas que ocorreram para a preparação das reuniões das Assembleias de Associados para discussão do PAO 2019.

Tiveram lugar reuniões na Sede com a participação das Directoras Técnicas com a finalidade de partilha de boas práticas e preparação de melhor actuação junto dos Residentes, bem como do importante papel das Directoras Técnicas na gestão das Residências.

Realizaram-se reuniões de avaliação dos projectos ASSP em Terras de Sta. Maria e ASSP XL com

o intuito de acompanhar a sua evolução e os resultados atingidos.

Teve lugar no Casino Estoril o Jantar ASSP que contou com a colaboração da Cruz Vermelha Portuguesa e cujo resultado líquido reverteu para o Fundo de Solidariedade Social.

• Revisão dos Estatutos (Projecto 19)

Foi enviada uma proposta pela DN destinada a ser analisada e trabalhada pelo grupo de trabalho constituído para o efeito.

4. Delegações

Os Relatórios das Actividades das Estruturas da ASSP apresentam-se em Anexo próprio e transcrevem, segundo um modelo previamente estabelecido, o resultado das actividades realizadas pelas Delegações. Muitas dessas Actividades estavam previstas nos respectivos Planos, outras foram surgindo, mostrando a dinâmica das Delegações com os Professores, com os Associados e com a Comunidade. Procedeu-se à revisão da base de dados dos Associados no final de 2018 com o objetivo de excluir todos os que não pagavam quotas há mais de 2 anos, procedimento que não se realizava desde 2012. Assim, no quadro infra consta uma coluna denominada Excluídos com um número total de 537 Associados.

Note-se que esta redução não tem qualquer impacto financeiro, uma vez que os Associados que foram retirados já não davam qualquer contributo pecuniário para a ASSP.

	01-01-2018	Novos	Desistentes	Falecidos	Excluídos	Mudanças	31-12-2018	Diferença
Açores	378	8	13	5	3	0	365	-13
Algarve	628	9	11	9	33	1	585	-43
Aveiro	765	44	28	15	55	-1	710	-55
Beja	158	6	3	3	3	-2	153	-5
Coimbra	510	17	12	14	24	2	479	-31
Évora	461	23	14	7	17	-1	445	-16
Guimarães	236	7	7	0	37	-4	195	-41
Leiria	422	6	12	2	8	-1	405	-17
Lisboa	2964	158	46	57	136	6	2889	-75
Madeira	227	10	8	7	5	0	217	-10
Portalegre	212	7	4	0	7	1	209	-3
Porto	1883	35	25	31	99	1	1764	-119
Santarém	236	4	3	2	7	0	228	-8
Setúbal	1665	55	19	33	62	1	1607	-58
Viseu	366	4	17	1	28	0	324	-42
Sem Delegação	154	8	3	2	13	2	146	-8
Total	11265	401	225	188	537	5	10721	-544

III - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Preâmbulo

O exercício de 2018 ficou caracterizado pela continuidade de aplicação dos princípios que presidiram à elaboração deste documento no ano transacto, com particular enfoque na clareza, na transparência, a par da aplicação dos critérios instituídos e que constituem prática corrente na elaboração do mesmo.

Pretende-se que para além da obrigação de prestação de Contas se elucide sobre o que de mais relevante se passou na ASSP quantitativamente.

As informações obtidas no processo de prestação de contas devem poder ser entendidas para melhorar os processos, definir novos modelos de gestão e redefinir os aspectos organizacionais que forem considerados pertinentes, de modo a que a prestação de contas seja acolhida como um instrumento de gestão essencial da Associação, visando sempre a melhoria contínua do seu desempenho.

Actividade Económica na ASSP

As quatro Residências da ASSP, como não poderia deixar de ser, continuam a ser as principais destinatárias de recursos da Associação (com um total agregado de gastos que ultrapassa os 2.6 M€) e como tal, aquelas que têm merecido uma particular atenção.

A criação de uma central de compras para reduzir o custo dos principais produtos consumidos, foi já uma realidade em três Residências, no último trimestre de 2018, estando agora criadas as condições para passar a ser aplicada à quarta.

A taxa de ocupação média nas nossas Residências foi de 97,44%, considerada excepcional para este tipo de actividade, atendendo ao enquadramento macroeconómico e à concorrência que se faz sentir, com particular intensidade no terceiro sector.

Residências

Estruturas	Camas			Serviços Prestados	
	Capacidade	Ocupação média	Taxa ocupação	Valor	%
Setúbal	62	61,75	99,60%	1.114.590,54 €	42,91
Carcavelos	39	38,08	97,64%	661.447,19 €	25,47
Aveiro	30	28,30	94,33%	499.255,22 €	19,22
Porto	20	19,00	95,00%	321.960,82 €	12,40
Somas	151	147,13	97,44%	2.597.253,77 €	100,00

Nas demais actividades, embora residuais na alocação de recursos, tem-se procurado o rumo para o equilíbrio, o que nem sempre se tem conseguido, embora esteja definida a estratégia para o atingir.

Contas de Exploração

Apresentam-se as contas de exploração parciais da ASSP, agrupando-se da seguinte forma:

- Órgãos Sociais e Serviços Centrais
- Residências
- Recursos Nacionais
- Actividades das Delegações
- Infraestruturas Nacionais
- Projectos

Órgãos Sociais e Serviços Centrais

Órgãos Nacionais e Serviços Centrais - 2018

	Serviços Centrais	AND	DN	CN	CF	Aniversário	Encontro Deleg	Total
RENDIMENTOS	804 858,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 377,00 €	0,00 €	811 235,04 €
Vendas e serviços prestados	8 991,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 377,00 €	0,00 €	15 368,41 €
Quotizações	795 387,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	795 387,35 €
Subsídios, doações e legados à exploração	479,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	479,28 €
GASTOS	438 713,57 €	2 316,49 €	44 051,60 €	2 377,23 €	59,04 €	8 275,85 €	2 260,16 €	498 053,94 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1 775,72 €	255,00 €	1 199,24 €	505,40 €	0,00 €	7 028,21 €	572,00 €	11 335,57 €
Fornecimentos e Serviços Externos	233 616,29 €	2 061,49 €	42 852,36 €	1 871,83 €	59,04 €	1 247,64 €	1 688,16 €	283 396,81 €
Recursos Humanos	203 321,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	203 321,56 €
RESULTADO BRUTO	366 144,47 €	-2 316,49 €	-44 051,60 €	-2 377,23 €	-59,04 €	-1 898,85 €	-2 260,16 €	313 181,10 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	145 489,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	145 489,94 €
Outros rendimentos	185 244,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	185 244,92 €
Outros gastos	39 754,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	39 754,98 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	511 634,41 €	-2 316,49 €	-44 051,60 €	-2 377,23 €	-59,04 €	-1 898,85 €	-2 260,16 €	458 671,04 €
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	17 785,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 785,59 €
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 868,31 €
RESULTADO OPERACIONAL	507 717,13 €	-2 316,49 €	-44 051,60 €	-2 377,23 €	-59,04 €	-1 898,85 €	-2 260,16 €	454 753,76 €
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-19 952,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-19 952,56 €
Rendimentos financeiros	44,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44,26 €
Gastos financiamento	19 996,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19 996,82 €
RESULTADO LÍQUIDO	487 764,57 €	-2 316,49 €	-44 051,60 €	-2 377,23 €	-59,04 €	-1 898,85 €	-2 260,16 €	434 801,20 €

Residências

Residências ASSP - 2018

	Aveiro	Carcavelos	Porto	Setúbal	Total
RENDIMENTOS	513 927,48 €	661 447,19 €	382 468,52 €	1 114 590,54 €	2 672 433,73 €
Vendas e serviços prestados	499 255,22 €	661 447,19 €	321 960,82 €	1 114 590,54 €	2 597 253,77 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1 881,41 €	0,00 €	35 792,53 €	0,00 €	37 673,94 €
Cedência de Pessoal	12 790,85 €	0,00 €	24 715,17 €	0,00 €	37 506,02 €
GASTOS	538 321,75 €	661 793,44 €	411 903,32 €	1 008 286,70 €	2 620 305,21 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	93 237,69 €	123 357,52 €	58 819,26 €	185 076,30 €	460 490,77 €
Fornecimentos e Serviços Externos	145 828,27 €	190 139,39 €	105 518,23 €	264 649,01 €	706 134,90 €
Recursos Humanos	299 255,79 €	348 296,53 €	247 565,83 €	558 561,39 €	1 453 679,54 €
RESULTADO BRUTO	-24 394,27 €	-346,25 €	-29 434,80 €	106 303,84 €	52 128,52 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	5 424,27 €	-4 271,75 €	-9 054,64 €	12 777,12 €	4 875,00 €
Outros rendimentos	5 652,13 €	0,01 €	130,00 €	15 696,67 €	21 478,81 €
Outros gastos	227,86 €	4 271,76 €	9 184,64 €	2 919,55 €	16 603,81 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	-18 970,00 €	-4 618,00 €	-38 489,44 €	119 080,96 €	57 003,52 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	48 836,41 €	71 085,96 €	46 197,69 €	103 944,03 €	270 064,09 €
Imputação de subsídios para investimento	37 546,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 546,63 €
RESULTADO OPERACIONAL	-30 259,78 €	-75 703,96 €	-84 687,13 €	15 136,93 €	-175 513,94 €
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	0,00 €	-29 770,46 €	-10 050,38 €	-3 125,66 €	-42 946,50 €
Rendimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos financiamento	0,00 €	29 770,46 €	10 050,38 €	3 125,66 €	42 946,50 €
RESULTADO LÍQUIDO	-30 259,78 €	-105 474,42 €	-94 737,51 €	12 011,27 €	-218 460,44 €

Recursos Nacionais - 2018

	GASTOS			TOTAL
	FSE	RH	DEPRECIACÕES	
Açores	4.543,48 €	10.536,63 €	9.521,78 €	24.601,89 €
Algarve	3.447,29 €	19.233,39 €	12.684,78 €	35.365,46 €
Aveiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Beja	442,80 €	0,00 €	0,00 €	442,80 €
Coimbra	2.582,81 €	25.333,90 €	11.243,69 €	39.160,40 €
Évora	4.825,18 €	13.955,57 €	7.455,03 €	26.235,78 €
Guimarães	2.729,03 €	30.568,25 €	3.860,88 €	37.158,16 €
Leiria	1.881,66 €	0,00 €	2.315,66 €	4.197,32 €
Lisboa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Madeira	2.887,49 €	13.251,36 €	4.607,38 €	20.746,23 €
Portalegre	2.130,45 €	12.784,13 €	3.865,60 €	18.780,18 €
Porto	8.043,64 €	11.230,06 €	0,00 €	19.273,70 €
Santarém	2.254,57 €	0,00 €	7.861,10 €	10.115,67 €
Setúbal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Viseu	13.379,43 €	0,00 €	685,67 €	14.065,10 €
Total	49.147,83 €	136.893,29 €	64.101,57 €	250.142,69 €

Actividades das Delegações - 2018

	RENDIMENTOS	GASTOS	RESULTADO
Açores	10.545,00 €	4.434,49 €	6.110,51 €
Algarve	60.734,44 €	56.697,50 €	4.036,94 €
Aveiro	18.071,31 €	17.241,00 €	830,31 €
Beja	12.360,00 €	10.054,98 €	2.305,02 €
Coimbra	69.452,20 €	65.820,69 €	3.631,51 €
Évora	45.636,34 €	40.195,96 €	5.440,38 €
Guimarães	17.230,00 €	17.342,27 €	-112,27 €
Leiria	13.990,01 €	13.401,55 €	588,46 €
Lisboa	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Madeira	4.206,06 €	2.081,01 €	2.125,05 €
Portalegre	12.763,55 €	10.319,44 €	2.444,11 €
Porto	12.356,63 €	13.982,06 €	-1.625,43 €
Santarém	26.263,14 €	22.497,09 €	3.766,05 €
Setúbal	28.615,60 €	16.154,94 €	12.460,66 €
Viseu	7.976,33 €	2.877,10 €	5.099,23 €
Total	340.200,61 €	293.100,08 €	47.100,53 €

Infraestruturas Nacionais

Infraestruturas Nacionais - 2018	Casa Albarraque Costa	Casa da Torre	TOTAL
RENDIMENTOS	63 882,50 €	9 364,19 €	73 246,69 €
Vendas e serviços prestados	63 882,50 €	9 364,19 €	73 246,69 €
GASTOS	49 813,87 €	34 930,87 €	84 744,74 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	2 897,30 €	986,62 €	3 883,92 €
Fornecimentos e Serviços Externos	21 288,75 €	11 603,76 €	32 892,51 €
Recursos Humanos	25 627,82 €	22 340,49 €	47 968,31 €
RESULTADO BRUTO	14 068,63 €	-25 566,68 €	-11 498,05 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	-27,10 €	7 088,89 €	7 061,79 €
Outros rendimentos	0,00 €	7 299,88 €	7 299,88 €
Outros gastos	27,10 €	210,99 €	238,09 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	14 041,53 €	-18 477,79 €	-4 436,26 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	17 519,50 €	19 599,31 €	37 118,81 €
Imputação de subsídios para investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO	-3 477,97 €	-38 077,10 €	-41 555,07 €

Projectos

Projectos - 2018	ASSP TSM-Aveiro	ASSP XL-Guimarães	TOTAL
RENDIMENTOS	90 400,40 €	70 326,35 €	160 726,75 €
Vendas e serviços prestados	90 400,40 €	70 326,35 €	160 726,75 €
GASTOS	101 445,79 €	57 565,79 €	159 011,58 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	2 169,52 €	1 859,69 €	4 029,21 €
Fornecimentos e Serviços Externos	64 827,84 €	36 562,36 €	101 390,20 €
Recursos Humanos	34 448,43 €	19 143,74 €	53 592,17 €
RESULTADO BRUTO	-11 045,39 €	12 760,56 €	1 715,17 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	-11 045,39 €	12 760,56 €	1 715,17 €
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO	-11 045,39 €	12 760,56 €	1 715,17 €

Demonstração Resultados - 2018

	Serviços Centrais e OSN	Residências	Recursos Nacionais	Atividades Deleg	Infraestruturas	Projectos	Total
RENDIMENTOS	811 235,04 €	2 672 433,73 €	142,97 €	290 396,73 €	73 246,69 €	160 726,75 €	4 008 181,91 €
Vendas e serviços prestados	15 368,41 €	2 597 253,77 €	0,00 €	269 291,93 €	73 246,69 €	160 726,75 €	3 115 887,55 €
Quotizações	795 387,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	795 387,35 €
Subsídios, doações e legados à exploração	479,28 €	37 673,94 €	142,97 €	21 104,80 €	0,00 €	0,00 €	59 400,99 €
Cedência de Pessoal	0,00 €	37 506,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 506,02 €
GASTOS	498 053,94 €	2 620 305,21 €	186 072,90 €	283 952,83 €	84 744,74 €	159 011,58 €	3 832 141,20 €
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	11 335,57 €	460 490,77 €	0,00 €	16 999,69 €	3 883,92 €	4 029,21 €	496 739,16 €
Fornecimentos e Serviços Externos	283 396,81 €	706 134,90 €	49 036,64 €	266 933,14 €	32 892,51 €	101 390,20 €	1 439 784,20 €
Recursos Humanos	203 321,56 €	1 453 679,54 €	137 036,26 €	20,00 €	47 968,31 €	53 592,17 €	1 895 617,84 €
RESULTADO BRUTO	313 181,10 €	52 128,52 €	-185 929,93 €	6 443,90 €	-11 498,05 €	1 715,17 €	176 040,71 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	145 489,94 €	4 875,00 €	9 426,87 €	41 033,64 €	7 061,79 €	0,00 €	207 887,24 €
Outros rendimentos	185 244,92 €	21 478,81 €	9 537,89 €	49 803,88 €	7 299,88 €	0,00 €	273 365,38 €
Outros gastos	39 754,98 €	16 603,81 €	111,02 €	8 770,24 €	238,09 €	0,00 €	65 478,14 €
Resultado Antes Depreciações, Gastos Financeiros e Impostos	458 671,04 €	57 003,52 €	-176 503,06 €	47 477,54 €	-4 436,26 €	1 715,17 €	383 927,95 €
GASTOS/REVERSÕES DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	17 785,59 €	270 064,09 €	73 639,46 €	0,00 €	37 118,81 €	0,00 €	398 607,95 €
Imputação de subsídios para investimento	13 868,31 €	37 546,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	51 414,94 €
RESULTADO OPERACIONAL	454 753,76 €	-175 513,94 €	-250 142,52 €	47 477,54 €	-41 555,07 €	1 715,17 €	36 734,94 €
RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	-19 952,56 €	-42 946,50 €	-0,17 €	-377,01 €	0,00 €	0,00 €	-63 276,24 €
Rendimentos financeiros	44,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44,26 €
Gastos financiamento	19 996,82 €	42 946,50 €	0,17 €	377,01 €	0,00 €	0,00 €	63 320,50 €
RESULTADO LÍQUIDO	434 801,20 €	-218 460,44 €	-250 142,69 €	47 100,53 €	-41 555,07 €	1 715,17 €	-26 541,30 €

Fundo de Solidariedade Social da ASSP

O Fundo de Solidariedade Social é um recurso estratégico que permite à ASSP dar respostas concretas a situações prementes de necessidade social dos seus associados. A situação do FSS é a seguinte:

Disponibilidades do FSS em 2018/01/01	98.986,28€
Distribuição de Resultados 2017	513,69€
Utilização do Fundo em 2018	-21.516,59€
Disponibilidades do FSS em 2018/12/31	77.983,38€

Serviço de dívida a médio e longo prazo

Apostada em reduzir os níveis de endividamento da ASSP, a Direcção Nacional optou por também em 2018 não contrair qualquer empréstimo a médio e longo prazo. A evolução no último quadriénio deste tipo de dívida está patente no quadro seguinte:

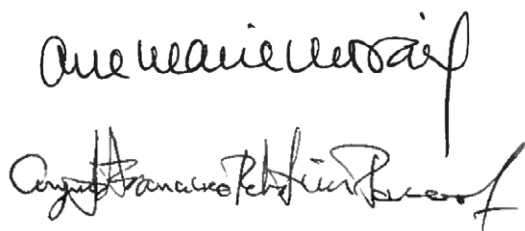
	2015	2016	2017	2018
Dívida Inicial	3.202.987,99 €	3.515.221,78 €	2.916.761,82 €	2.341.651,09 €
Amortizações	537.766,21 €	598.459,96 €	575.110,73 €	457.425,60 €
Dívida - amortizações	2.665.221,78 €	2.916.761,82 €	2.341.651,09 €	1.884.225,49 €
Dívida contraída ano	850.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dívida final	3.515.221,78 €	2.916.761,82 €	2.341.651,09 €	1.884.225,49 €
Varição na dívida	312.233,79 €	-598.459,96 €	-575.110,73 €	-457.425,60 €
Juros pagos	77.944,02 €	80.651,90 €	62.049,36 €	61.794,04 €
Serviço da dívida	615.710,23 €	679.111,86 €	637.160,09 €	519.219,64 €

IV - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano de 2018, como reflexo da actividade desenvolvida, obteve-se um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 26.541,30€, pelo que a Direcção Nacional propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados, de forma a ser coberto por resultados positivos atingidos em anos anteriores.

Lisboa, 11 de Março de 2019

A Direcção Nacional



António Manuel Pereira

V - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos do artigo 45º dos Estatutos, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar o cumprimento da Lei e dos Estatutos, designadamente, examinar a contabilidade da Associação e fiscalizar a escrituração e os documentos de suporte das atividades realizadas e emitir parecer sobre o relatório de gestão e os documentos relativos à prestação de contas anuais. Estas contas anuais são expressas através das chamadas demonstrações financeiras, com realce para o balanço e a demonstração de resultados, demonstrações essas que deverão possibilitar a obtenção duma **“imagem fiel, verdadeira e apropriada”** do património e da atividade da Instituição.

Para que as demonstrações financeiras possibilitem a obtenção dessa imagem fiel e verdadeira, a informação contabilística (no âmbito do sistema de normalização contabilística, também aplicado, em normativos específicos, às ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo) assenta num conjunto de pressupostos/princípios e de características que lhe são próprias. Importa aqui realçar os princípios do acréscimo ou especialização dos exercícios e o da consistência.

2. Ao longo do ano de 2018, o Conselho Fiscal analisou com regularidade a documentação que lhe foi prestada pelos Serviços Administrativos da Associação, nomeadamente através dos diversos balancetes, que solicitou. Na sua reunião do passado dia 3 de outubro (Ata nº 4/2018), e com base na análise ao balancete geral relativo a junho, elaborou um conjunto de recomendações, de que informou a Direção Nacional, quanto a alguns procedimentos relacionados com as contas de caixa, fornecedores, outros credores, IVA e investimentos em curso, que careciam de reflexão e, conseqüentemente, de regularização contabilística. Destas recomendações, algumas delas tiveram já o adequado tratamento.
3. Relativamente às contas de 2018, procedeu o Conselho Fiscal a uma primeira análise com base nos documentos provisórios que lhe foram apresentados na reunião iniciada a 12 de março, tendo-lhe sido remetidos os documentos e as demonstrações finais no dia imediato. Da análise destes documentos, verifica-se o seguinte:
 - a) Um resultado negativo contabilizado de -26.541,30€, quando no Plano de Atividades e Orçamento, havia sido previsto um resultado líquido positivo de 114.450,00€. Para além da variação em outras rubricas entre o orçamentado e o realizado, verificou-se que não foram alcançados os objetivos propostos quanto às quotizações de associados ficando em cerca de 104.000,00€ aquém do previsto.
 - b) Comparando as contas finais de 2018 relativamente a 2017, existem variações positivas quanto a rendimentos, como o valor dos serviços prestados (+125.462,55€), mas em contrapartida existem também acréscimos de gastos nas rubricas de fornecimento de refeições adquiridas (+100.270,35€), de fornecimentos e serviços externos (+127.835,00€) e de recursos humanos (+78.328,98€, descontado o valor contabilizado de cedência de pessoal, de 37.506,02€).

A conta de “outros rendimentos” (362.286,34€) engloba mais valias de 71.528,07€ relati-

vas à venda da casa das Caldas Rainha (61.528,07€) e da venda dum carrinha de Setúbal, bem como consignação de 0,5% do IRS de 111.278,26€. Este valor da consignação do IRS integra três montantes distintos: acerto da campanha de 2016 (3.539,16€), o valor da campanha de 2017 (54.590,72€) e o valor da campanha de 2018 (53.148,38€). Com a incorporação nas contas de 2018 deste último valor, modificou-se o procedimento seguido nos anos de 2016 e de 2017. Na AND de março de 2016, alterou-se a prática contabilística que vinha sendo seguida nos anos anteriores, isto é, de contabilizar esta rubrica de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo / especialização dos exercícios (contabilização no ano da obtenção do rendimento), passando a utilizar-se o regime de caixa (contabilização no ano do recebimento). Com esta alteração de procedimentos e a contabilização no ano de 2018 de duas campanhas, beliscou-se o princípio contabilístico da consistência e, desta forma, as contas de 2018 tiveram um benefício significativo (o resultado negativo passaria para -79.689,68€), pondo em causa a comparabilidade - uma das características qualitativas da informação contabilística.

- c) No que às contas de balanço diz respeito, verifica-se que as rubricas do ativo (num total de 15.439.122,45€) se mantêm mais ou menos constantes, à exceção da rubrica de “outros créditos a receber” com um acréscimo de cerca de 88.000,00€, em parte relacionado com o valor da consignação de 0,5% do IRS, a receber em 2019, e uma pequena redução das disponibilidades em caixa e bancos. Quanto ao passivo, num total de 2.966.493,40€, existe uma redução do passivo não corrente, isto é, com pagamento a médio/longo prazo, em contrapartida com um aumento, também significativo, do passivo corrente, isto é, com pagamento a curto prazo. No âmbito do passivo corrente, inclui-se o recebimento por acionamento de garantias bancárias da Casa de Carcavelos, no valor de cerca de 250.000,00€, já utilizados pela Associação, mas de que o construtor reclamou judicialmente, correndo-se o risco de ter de ser devolvido, no todo ou em parte, pelo que seria conveniente a constituição dum reserva financeira ou, no mínimo, estar de sobreaviso e preparado para essa eventualidade. No passivo corrente, a rubrica de financiamentos obtidos integra também um financiamento bancário, no regime de conta corrente caucionada (Gestão Automática de Tesouraria) de que se encontravam utilizados 264.000,00€ à data de 31 de dezembro.

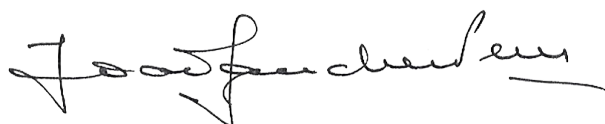
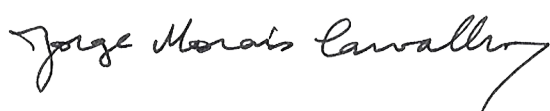
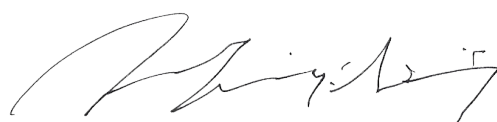
Em face do Relatório de Gestão e das Contas apresentados pela Direção e dadas as explicações e também este Relatório do Conselho Fiscal, não obstante o mencionado quanto à modificação das práticas contabilísticas acima referidas, o Conselho Fiscal considera que, dessa forma, e tendo desenvolvido o acompanhamento e fiscalização tanto quanto estava ao seu alcance, os associados e os seus delegados estão em condições de poderem obter das demonstrações financeiras, aquela imagem fiel e apropriada do património e da atividade da Instituição, referida no primeiro parágrafo deste relatório, pelo que é de **parecer que o Relatório de Gestão e as Contas sejam aprovados**, dando ao resultado líquido o destino proposto pela Direção Nacional.

Recomendações:

1. As contas agora analisadas reforçam a ideia de que, nos últimos anos, os gastos têm crescido continuamente a um ritmo superior ao dos rendimentos, o que é refletido no valor dos resultados líquidos obtidos. Recomenda, por isso, o Conselho Fiscal que seja dada uma atenção especial à redução dos gastos correntes e variáveis, considerando também a não elasticidade dos rendimentos.
2. Um plano estratégico adequado à realidade que é a ASSP é fundamental para a sua governação e para a garantia de realização dos anseios dos associados. Aquando da apresentação e aprovação do atual plano estratégico, o Conselho Fiscal, ao emitir o seu parecer, alertou para o facto de que a previsão da evolução do resultado líquido dos períodos e bem assim dos objetivos com implicações financeiras (caso do aumento do número de associados) carecia de justificada fundamentação. Recomendou ainda que os futuros Relatórios anuais da Direção apresentassem o grau de cumprimento dos objetivos propostos nesse Plano Estratégico. No que diz respeito ao número de associados e aos resultados líquidos do exercício, o plano estratégico projetou, para 2018, 14.125 associados quando, na realidade, de 2017 para 2018 passaram de 11.265 para 10.721, com uma redução de 544 e, no que se refere a resultados líquidos, em vez dos 140.000,00€ positivos, passámos a ter resultados negativos. Recomenda, por isso, o Conselho Fiscal uma profunda e participada reflexão sobre a reformulação e o reajustamento do plano estratégico.

Lisboa, 14 de março de 2019

O Conselho Fiscal

VI - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores

Contribuinte : 501406336

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : EUROS

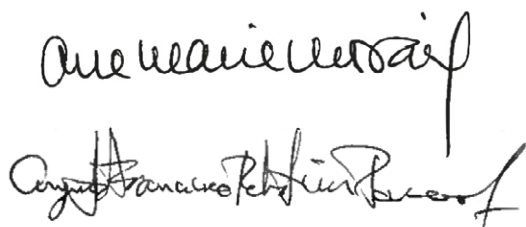
PERÍODOS

RENDIMENTOS E GASTOS

NOTAS

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas e serviços prestados	6	3 911 274,90	3 793 066,48
Subsídios, doações e legados à exploração	7	59 400,99	44 038,98
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		496 739,16	396 468,81
Fornecimentos e serviços externos	6	1 439 784,20	1 311 948,81
Gastos com o pessoal	6	1 895 617,84	1 780 006,18
Outros rendimentos	6	362 286,34	197 676,47
Outros gastos		65 478,14	83 844,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		435 342,89	462 513,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	398 607,95	399 738,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 734,94	62 775,06
Juros e rendimentos similares obtidos	6	44,26	1 327,47
Juros e gastos similares suportados	5	63 320,50	58 965,65
Resultado líquido do período		-26 541,30	5 136,88

A Direcção



O Responsável



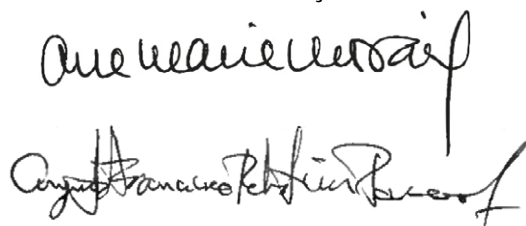
BALANÇO

ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

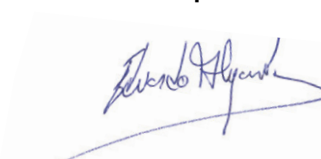
Contribuinte: 501406336
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	14 816 518,52	14 984 362,62
Activos intangíveis		896,66	1 663,33
Investimentos financeiros		10 839,58	7 511,33
		14 828 254,76	14 993 537,28
Activo corrente			
Clientes	8	33 947,27	37 066,23
Estado e outros entes públicos	8	170 069,06	160 104,19
Outros créditos a receber	8	153 256,55	64 946,69
Diferimentos	8	8 619,45	3 306,43
Outros activos correntes		17 651,22	17 986,05
Caixa e depósitos bancários		227 324,14	258 912,87
		610 867,69	542 322,46
Total do activo		15 439 122,45	15 535 859,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	269 071,96	290 074,86
Reservas	8	64 865,42	64 865,42
Resultados transitados	8	9 164 198,33	9 159 575,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	3 001 034,64	2 985 093,86
		12 499 170,35	12 499 609,28
Resultado líquido do período	8	-26 541,30	5 136,88
Total do fundo de capital		12 472 629,05	12 504 746,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1 536 871,75	1 910 796,14
Outras dívidas a pagar	8	39 468,00	40 664,00
		1 576 339,75	1 951 460,14
Passivo corrente			
Fornecedores	8	149 204,79	83 087,84
Estado e outros entes públicos	8	56 072,71	45 641,51
Financiamentos obtidos	8	624 153,74	671 654,95
Outros passivos correntes	8	560 722,41	279 269,14
		1 390 153,65	1 079 653,44
Total do passivo		2 966 493,40	3 031 113,58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 439 122,45	15 535 859,74

A Direcção



O Responsável



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes e Utentes	4 108 885,16	3 953 111,58
Pagamentos a fornecedores	2 107 954,03	1 994 470,15
Pagamentos ao pessoal	1 267 869,33	1 233 729,45
Caixa gerada pelas operações	733 061,80	724 911,98
Outros recebimentos/pagamentos	-218 821,86	-391 442,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	514 239,94	333 469,22
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	172 824,53	156 108,47
Investimentos financeiros	5 208,74	4 225,39
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	97 000,00	0,00
Investimentos financeiros	1 964,65	3 282,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-79 068,62	-157 051,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	36 000,00	209 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	457 425,60	577 860,73
Juros e gastos similares	63 320,50	58 965,65
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-484 746,10	-427 826,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-49 574,78	-251 408,95
Caixa e seus equivalentes no início do período	276 898,92	528 307,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	227 324,14	276 898,92

A Direção





O Responsável



VII - ANEXO CONTABILÍSTICO

ANEXO – Exercício de 2018

Introdução

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e as políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

1 - Identificação da entidade:

- 1.1 - Designação da entidade:** Associação de Solidariedade Social dos Professores
- 1.2 - Sede:** Largo do Monte, 1, 1170-253 Lisboa
- 1.3 - Natureza da actividade:** Actividades de Apoio Social para pessoas idosas, com alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCR-F-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações (SIC/IFRIC).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2017.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 10 a 50 Anos

Equipamento básico: 1 a 10 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 1 a 10 Anos

Outros activos fixos tangíveis: 1 a 5 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (§10)

Os gastos de financiamento, direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição, produção ou construção de um ativo que se qualifica devem ser capitalizados, fazendo parte do custo desse ativo.

RÉDITO (§12)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

Igual procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de activos depreciáveis.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes, utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, quando não são insignificantes, são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas na ASSP. Alerta-se, no entanto para a nota da alínea c) do ponto 7.3.

4 - Activos fixos tangíveis:

4.1 - As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (**§ 7**).

Activos Fixos Tangíveis e Obras em Curso

	2018	2017
Saldo inicial	19.968.206,22 €	19.814.527,75 €
Aumentos patrimoniais	299.301,31 €	153.678,47 €
venda imobilizado	<u>-105.163,27 €</u>	<u>0,00 €</u>
Saldo final	20.162.344,26 €	19.968.206,22 €

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Depreciações Acumuladas de AFT e OC

	2018	2017
Saldo inicial	4.983.843,60 €	4.638.631,86 €
Depreciações do ano	397.841,28 €	398.971,67 €
Depreciações anuladas	-35.859,14 €	0,00 €
Correcções anos anteriores	0,00 €	-53.759,93 €
Saldo final	5.345.825,74 €	4.983.843,60 €

4.2 - Os imóveis de Carcavelos, Lisboa, Porto e Setúbal estão dados como garantia dos empréstimos.

5 - Activos intangíveis:

5.1 - As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (**§ 8**).

Activos Fixos Intangíveis

	2018	2017
Saldo inicial	1.663,33 €	0,00 €
Investimentos	0,00 €	2.430,00 €
Depreciações do ano	<u>766,67 €</u>	<u>766,67 €</u>
Saldo final	896,66 €	1.663,33 €

6 - Custos de empréstimos obtidos:

No presente exercício foi capitalizada uma parcela dos juros de empréstimos obtidos, no montante de 2.926,81 euros, nas obras em curso.

7- Rendimentos e gastos**7.1 - Fornecimento e Serviços Externos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava a seguinte decomposição:

	Fornecimentos e Serviços Externos	
	2018	2017
Fornecimentos sob contrato	64.696,50 €	96.984,74 €
Trabalhos especializados	61.823,56 €	16.391,75 €
Publicidade e propaganda	81.776,91 €	16.312,72 €
Vigilância e segurança	3.857,37 €	4.646,65 €
Honorários	311.343,18 €	306.725,79 €
Conservação e reparação	69.171,94 €	105.984,47 €
Ferramentas e utensílios	9.753,38 €	9.665,13 €
Livros e documentação técnica	1.690,67 €	5.900,53 €
Material de escritório	18.613,47 €	19.497,51 €
Artigos para oferta	3.686,60 €	3.658,65 €
Material hoteleiro	13.824,43 €	16.867,00 €
Materiais para actividades	5.124,53 €	5.187,57 €
Electricidade	112.009,11 €	109.645,93 €
Combustíveis e lubrif.	4.286,15 €	3.923,40 €
Água	43.288,39 €	47.263,63 €
Gás	88.541,75 €	58.080,24 €
Deslocações e estadas	245.308,11 €	200.069,47 €
Rendas e alugueres	28.996,75 €	27.694,23 €
Comunicações	68.444,39 €	59.037,25 €
Seguros	16.813,40 €	20.152,59 €
Contencioso e notariado	3.739,38 €	1.470,64 €
Limpeza, higiene e conforto	118.973,90 €	101.935,87 €
Rouparia	2.479,91 €	4.179,11 €
Produtos de farmácia	4.068,66 €	3.069,99 €
Encargos saúde utentes	10.747,34 €	3.089,25 €
Outros Fornecimentos e serviços	46.724,42 €	64.156,84 €
Despesas não documentadas	<u>0,00 €</u>	<u>357,86 €</u>
Total FSE	1.439.784,20 €	1.311.948,81 €

7.2 - Gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal		
	2018	2017
6321-Remunerações certas	1.275.750,55 €	1.199.277,19 €
6323-Remunerações Variáveis	252.133,82 €	244.312,39 €
634-Indemnizações	9.531,07 €	8.462,90 €
635-Encargos sobre remunerações	322.704,19 €	301.976,94 €
636-Seguros Acidentes Trabalho	18.466,89 €	12.130,04 €
638-Outros gastos com pessoal	<u>17.031,32 €</u>	<u>13.846,72 €</u>
Total dos Gastos com pessoal	1.895.617,84 €	1.780.006,18 €

7.3 - Rédito:

- a) As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito estão expressas no ponto 3.1.
- b) As categorias mais significativas de rédito durante este período foram as seguintes:

Prestação de Serviços		
	2018	2017
Matrículas e Mensalidades de Utentes	2.590.053,38 €	2.528.660,66 €
Quotizações e jóias	795.387,35 €	802.641,03 €
Actividades Sociais, Culturais e Recreativas	423.536,60 €	374.043,54 €
Outras Prestações de Serviços	<u>102.297,57 €</u>	<u>87.721,25 €</u>
Total Prestação de Serviços	3.911.274,90 €	3.793.066,48 €

Outros rendimentos		
	2018	2017
Donativos	55.440,78 €	49.128,33 €
Consignação de Imposto	111.278,26 €	65.062,78 €
Imputação de subsídios/doações para investimentos	66.703,80 €	65.506,10 €
Outros rendimentos	<u>128.863,50 €</u>	<u>17.979,26 €</u>
Total Outros rendimentos	362.286,34 €	197.676,47 €

	2018	2017
Juros e dividendos	44,26 €	1.327,47 €

c) Na rubrica “Consignação de Imposto”, foram contabilizadas em 2018 as verbas relativas a um acerto de contas da campanha de IRS de 2016 (3.539,16€), o valor da campanha de 2017 (54.590,72€) e, por termos tido conhecimento atempado antes do fecho de contas, o valor atribuído à ASSP pelos particulares (Associados ou não) que escolheram a ASSP como merecedora da atribuição deste benefício na campanha de 2018 (53.148,38€). Em 2017, o valor contabilizado diz respeito à campanha de 2016.

7.4 - Relativamente a donativos, destacam-se:

- 7.533,21€ de Empifarma, SA, de Coimbra (em espécie)
- 7.135,00€ de Fuzeta FSA, de Setúbal
- 5.017,97€ de Fuzeta & Filhos, Lda, de Setúbal;
- 3.160,00€ de Fátima Caminhos, Lda
- 2.553,60€ de Maria Isabel Carrasquinho, de Setúbal;
- 2.264,00€ de Oasis Viagens, SA

8 – Subsídios do Governo e apoios do Governo:

8.1 – Subsídios reconhecidos nos Fundos patrimoniais

Conta do Razão		Índice de Ref. ^a	Saldos em 31/12/2017	Movimentos em 2018			Saldos em 31/12/2018
Nº	Descrição			Aumentos	Anos anteriores	Reposições	
5931	PIDDAC		381.515,44			9.537,89	371.977,55
5932	IFAP		151.053,15			3.356,74	147.696,41
5833	FEDER-Aveiro	Paineis	16.594,15			8.297,08	8.297,07
Total Subsídios			549.162,74	0,00	0,00	21.191,71	527.971,03
5941	Alice M Magalhães		538.701,56			14.365,39	524.336,17
5942	Emília Albarraque Costa		172.484,31				172.484,31
5943	Aveiro		1.680.913,05			29.249,55	1.651.663,50
5944	Mª Beatriz Tomé Monteiro		43.832,20			43.832,20	0,00
5945	Mª Conceição C. Ferreira		0,00	126.476,78		1.897,15	124.579,63
Total Doações			2.435.931,12	126.476,78	0,00	89.344,29	2.473.063,61
Total variações fundos			2.985.093,86	126.476,78	0,00	110.536,00	3.001.034,64

8.2 - Em 2017 e 2018, a ASSP recebeu os seguintes subsídios à exploração estatais e de entidades públicas:

Subsídios, doações e legados à exploração

	2018	2017
Centro Actividades - Coimbra	6.604,80 €	6.463,20 €
IEFP	3.910,87 €	10.918,64 €
Autarquias	14.500,00 €	19.906,25 €
Doações e Heranças	<u>34.385,32 €</u>	<u>6.750,89 €</u>
	59.400,99 €	44.038,98 €

A rubrica Doações e Heranças inclui, em 2018, o valor de 33.906,04 €, legado pela nossa Associada do Porto Maria Augusta Cramez.

9 – Instrumentos financeiros:

9.1 – Fundos Patrimoniais

Nos anos de 2017 e 2018 houve a seguinte evolução nos Fundos Patrimoniais da ASSP:

FUNDOS PATRIMONIAIS

Nome Conta	Saldo em 31-12-2016	Afectação do resultado	Movimentos	Saldo em 31-12-2017	Afectação do resultado	Movimentos	Saldo em 31-12-2018
Fundo Social Inicial	191.088,58 €			191.088,58 €			191.088,58 €
Fundo Solidariedade Social	129.994,32 €	1.470,74 €	-32.478,78 €	98.986,28 €	513,69 €	-21.516,59 €	77.983,38 €
Fundos	321.082,90 €	1.470,74 €	-32.478,78 €	290.074,86 €	513,69 €	-21.516,59 €	269.071,96 €
Campo de Férias	47.282,17 €			47.282,17 €			47.282,17 €
Projetos	17.583,25 €			17.583,25 €			17.583,25 €
Outras reservas	64.865,42 €	0,00 €	0,00 €	64.865,42 €	0,00 €	0,00 €	64.865,42 €
Outros resultados transitados	9.092.578,51 €	13.236,70 €	53.759,93 €	9.159.575,14 €	4.623,19 €		9.164.198,33 €
Resultados transitados	9.092.578,51 €	13.236,70 €	53.759,93 €	9.159.575,14 €	4.623,19 €	0,00 €	9.164.198,33 €
Subsídios	570.354,45 €		-21.191,71 €	549.162,74 €		-21.191,71 €	527.971,03 €
Doações	2.480.245,51 €		-44.314,39 €	2.435.931,12 €		37.132,49 €	2.473.063,61 €
Outras variações no CP	3.050.599,96 €	0,00 €	-65.506,10 €	2.985.093,86 €	0,00 €	15.940,78 €	3.001.034,64 €
Resultado Líquido Exercício	14.707,44 €	-14.707,44 €	5.136,88 €	5.136,88 €	-5.136,88 €	-26.541,30 €	-26.541,30 €
	12.543.834,23 €	0,00 €	-39.088,07 €	12.504.746,16 €	0,00 €	-32.117,11 €	12.472.629,05 €

9.2 - A evolução das contas de terceiros nestes dois anos é a seguinte:

	Terceiros-Valores a receber	
	2018	2017
Clientes e utentes	33.947,27 €	37.066,23 €
Estado e outros entes públicos	170.069,06 €	160.104,19 €
Outras contas a receber	153.256,55 €	64.946,69 €
Diferimentos	<u>8.619,45 €</u>	<u>3.306,43 €</u>
Total valores a receber	365.892,33 €	265.423,54 €

	Terceiros-Valores a pagar	
	2018	2017
Fornecedores	149.204,79 €	83.087,84 €
Estado e outros entes públicos	56.072,71 €	45.641,51 €
Financ. Obtidos Corrente	624.153,74 €	671.654,95 €
Financ. Obtidos Não Corrente	1.536.871,75 €	1.910.796,14 €
Outras contas a pagar-Corrente	560.722,41 €	279.269,14 €
Outras contas a pagar-Não Corrente	<u>39.468,00 €</u>	<u>40.664,00 €</u>
Total valores a pagar	2.966.493,40 €	3.031.113,58 €

10. Benefícios dos empregados**10.1 – Número médio de empregados durante o ano: 134.**

Verificaram-se 44 entradas, algumas delas para substituição de baixas prolongadas, e 34 saídas durante o ano de 2018.

10.2 – Número de membros dos órgãos directivos:

- 48 membros nos Órgãos Sociais Nacionais (Assembleia Nacional de Delegados, Direção Nacional e Conselho Fiscal);
- 129 membros nos Órgãos Sociais Regionais.
- Os órgãos directivos da ASSP não são remunerados.

11. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.

VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Associação de Solidariedade Social dos Professores, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 15.439.122,45 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.472.629,05 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.541,30 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião sem reserva

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade tem em curso um litígio enquanto ré com a Sociedade, Sá Machado, & Filhos S.A., em ação declarativa de condenação em que aquela Sociedade reclama o reembolso da quantia de 249.611,96 Euros. Embora a decisão de primeira instância tenha sido desfavorável à ASSP, o parecer do Advogado que a patrocina é de que a decisão proferida deverá vir a ser alterada na reapreciação já solicitada por via de recurso de apelação junto do Tribunal da Relação de Lisboa

Outras matérias

As referidas demonstrações financeiras foram auditadas pela primeira vez no exercício findo em 31/12/2018, exercício sobre o qual emitimos opinião. Não examinámos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas. No entanto, as mesmas apresentam-se consistentes com as do presente exercício.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as

divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

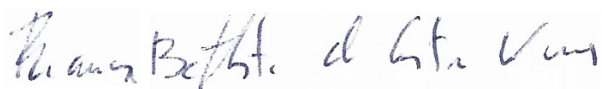
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de outubro de 2019



Francisco Baptista de Castro Torres
(ROC nº 1019)





**ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES**